



A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRATAMENTO JURÍDICO DA LOUCURA.¹

Ana Claudia Ayres Sodré de Oliveira². IESA

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise acerca da evolu o do tratamento jurídico da doença mental, partindo de uma análise da loucura, seu tratamento terapêutico e jurídico dispensado ao longo da história. Verificar-se-  os conceitos de culpabilidade penal, visando discutir verificar os conceitos atuais de a inimputabilidade penal por doença mental e a aplica o e execu o da medida de segurança. Historicamente, a visão sobre os crimes cometidos por pessoas doentes mentais vem desde a Antigüidade, época a que se atribuía a loucura   conexão com o poder divino e espécie de manifesta o da divindade, passando, em período posterior, a ser entendida com um tipo de possessão diabólica. A loucura se enquadra nestes casos, já que as pessoas justificavam os casos penais existentes   possessão de divindades, achando-se, por total desconhecimento, que as pessoas portadoras de problemas mentais estavam castigadas por deuses. Assim, a aliena o mental sempre foi vista como um castigo e uma retribui o divina a “algo” praticado de forma indevida. A conexão com o pecado   clara. Em razão disto, o tratamento dispensado aos loucos sempre se caracterizou pela utiliza o de métodos violentos e atroz, sendo que, apenas com o advento do iluminismo, iniciou-se a supera o de tamanha brutalidade, desenvolvendo-se a no o de que o doente mental   pessoa que deve ser sujeita a tratamento próprio devido a sua condi o patológica especial. Com a evolu o das ciências médicas e do direito, houve a aproxima o destas ciências, no escopo de buscar a soluço que melhor atende-se a segurança social e o atendimento dos doentes mentais autores de atos delituosos. Surge, desta forma, a Psicopatologia Forense, ciência relacionada ao estudo das patologias mentais ocorridas em sede de Justiça, em especial, a Justiça Criminal. Por outro lado, o Direito Penal, onde a idéia de pena, que surgira como castigo e justa retribui o, em face da necessidade de defesa do grupo social, passa a perceber, com a evolu o das sociedades, que havia necessidade de uma nova modalidade de repressão aos indivíduos, autores de a o es delituosas, porém portadores de anomalias mentais, com vistas a impedir que essas pessoas voltassem a cometer crimes, surgindo, no século XVI, a aplica o de medidas de corre o a vagabundos e mendigos, o que resultou na cria o da pena de prisão e sua evolu o posterior, incorporada a vários ordenamentos jurídicos, a medida de segurança. Hodiernamente, a medida de segurança e a pena de prisão, as quais surgiram da mesma fonte, são os meios que a sociedade dispõe para sua prote o contra os indivíduos anti-sociais que representam perigo, em razão de cometerem delitos. Contudo, com a ado o do sistema vicariante pelo direito penal brasileiro, definitivamente separou-se os agentes que cometem crimes, entre aqueles que estarão sujeitos a pena, por serem imputáveis, e os que receberão medida de segurança, por serem inimputáveis em razão de doença mental e/ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado. Em razão disso, avulta de importância o tema proposto para este trabalho e a reflexão sobre a temporariedade da medida de segurança aplicada aos inimputáveis, visto que o prazo mínimo da medida   determinado pelo juiz, porém, não há prazo máximo, a qual poderá se prolongar por tempo indeterminado.



¹ Tema relacionado à monografia de graduação apresentada no IESA em 2008.

² Aluna da IESA